

ATA Nº 4

Aos vinte e nove dias de abril de dois mil e vinte e seis, reuniu-se pelas 18h30, em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, nas instalações da Junta, situada na Rua do Campo Alegre, nº 244.

Membros Eleitos da Assembleia de Freguesia presentes na Sessão:

Carla Sofia da Silva Soares Maia (PS); Francisco José Fonseca Lima A. Tártaro (PPD/PSD); Luís Filipe da Silva Pereira (CDS); Maria Dulce Enes Guimarães Flores dos Santos (PPD/PSD); José Filipe Gonçalves Maia (PPD/PSD); Maria Teresa de Mesquita Guimarães Osswald (PPD/PSD); Miguel Nuno Costa Henriques Bigotte Chorão (PPD/PSD); Ana Cristina Lacerda Almas (PPD/PSD); Nuno Miguel E. Silva Pinto (PPD/PSD); Joana Filipa da Silva e Sousa (IL); Filipe Alexandre Matos Amaral Antunes (PS); Albina Fernanda Monteiro Pacheco (PS); Octávio José Bento Gonçalves (PS); José António da Silva Barradas (PS); Frederico de Gusmão Calheiros Nunes da Silva (CHEGA); António José Afonso Valverde (L); Olga Fernanda Cardinal Cardoso (CDU); Rui Miguel Pereira Prata Carrapa (FA); Ema Gabriela Barcelos (PS) em substituição de Cândida Paula Oliveira Freitas da Silva Roseira (PS);

Verificando-se a existência de quórum, com 19 membros, a Presidente da Assembleia de Freguesia, declarou aberta a Sessão, ficando constituída a mesa da Assembleia com os membros: Presidente - Carla Sofia da Silva Soares Maia (PS); 1º Secretário - Francisco José Fonseca Lima A. Tártaro (PPD/PSD); 2ª Secretário - Luís Filipe da Silva Pereira (CDS).

Presenças Associativas:

Associação de Moradores da Zona do Campo Alegre

- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -
art.º 27.º do Regimento

Alberto Baldaque, residente na freguesia há mais de 20 anos e é o primeiro subscritor de uma petição com mais de 1.400 assinaturas, relativamente à preocupação da transferência da sala de consumo para a zona do Aleixo. Referiu ter reunido com o Presidente da Junta, sublinhando que tal reunião não substitui o debate público em sede de Assembleia. Questionou o processo de decisão, apontando alegada falta de participação da comunidade diretamente afetada e defendendo maior transparência na definição da localização. Sublinhou tratar-se de uma intervenção com impacto significativo em zona residencial consolidada, considerando que a decisão deveria estar suportada por estudos técnicos e fundamentação pública, cuja existência e divulgação questionou. Invocou ainda princípios legais aplicáveis à localização deste tipo de resposta, nomeadamente a sua adequação a zonas de maior concentração de consumidores e a minimização da exposição de não utentes. Solicitou esclarecimento

sobre a posição da Junta no processo e o seu grau de intervenção ou influência na decisão. Concluiu apelando à transparência, participação pública e reforço da confiança entre a população e os órgãos da freguesia.

Pedro Teichgräber, Presidente da Junta, declarou que a Junta não se encontra em silêncio nem se esconde perante o tema em discussão, sublinhando a sua posição ativa e acompanhamento contínuo da situação. Referiu que a Junta foi abordada pela Câmara Municipal no sentido de ser identificada alguma instalação disponível para eventual nova localização da sala de consumo vigiado. Acrescentou que a resposta da Junta foi negativa, por não dispor de instalações adequadas ou disponíveis para o efeito. Quanto a localizações alternativas, teria de ser com base em critérios técnicos que a câmara depois encetou com diversos parceiros, nomeadamente o Ministério da Saúde, o ICAD, o consórcio responsável pela gestão da sala, bem como o diretor do plano para o consumo vigiado na cidade. Acrescentou que lhe foi comunicado que deveremos continuar a ter esta resposta na freguesia, no mesmo território psicotrópico, onde se verificam os consumos. Referiu ainda que, de acordo com declarações da diretora da sala de consumo e do próprio diretor do plano de consumo vigiado, terá existido uma validação da solução em causa, verbalmente, ocorrida em reunião onde estiveram presentes a senhora vereadora e representantes de associações de moradores. O Presidente explicou que existe um grupo informal de trabalho e auscultação com associações de moradores, que funciona em formato semelhante a um “focus group”, com reuniões regulares. Indicou que o primeiro encontro teve como tema principal a segurança, tendo sido decidido dar continuidade a reuniões periódicas, sendo que o encontro em causa incidiu especificamente sobre a sala de consumo vigiado. Informou que o investimento associado à nova estrutura é de aproximadamente 600.000€, com financiamento maioritariamente assegurado pelo ICAD, prevendo-se um aumento de capacidade e maior descrição no funcionamento da sala. Relativamente à questão da videovigilância, referiu que se trata de um tema que tem vindo a ser trabalhado pela Junta. Indicou que pretende apresentar propostas de instalação de videovigilância na Rua das Condominhas, na Rua do Ouro (onde já se encontra em implementação) e na Rua do Campo Alegre. Esclareceu que estas propostas resultam de reuniões com diversos setores e não exclusivamente da questão da eventual deslocalização da sala de consumo, mas sim de necessidades previamente identificadas. No que respeita às zonas das Moradias, Rua do Ouro e Bicalho, informou que apresentou proposta à Polícia Municipal, estando nesta altura a ser efetuados os trabalhos para recolha de coleta para pagar guardas noturnos. Reforçou que a Junta continuará a trabalhar em articulação com as autoridades competentes, mantendo canais de comunicação diretos com membros da freguesia, associações de moradores e também com grupos de moradores ainda não formalmente organizados. Por fim, o Presidente reafirmou a disponibilidade da Junta para atuar de forma contínua na resolução dos problemas reportados, à semelhança do que tem vindo a ser feito com a outra sala de consumo existente. Sublinhou que, sempre que seja reportada uma situação problemática, a Junta procurará intervir no sentido de encontrar a solução mais rápida possível. Concluiu referindo que se comprometeu, perante as associações de moradores, a solicitar métricas, dados e valores relativos ao funcionamento da sala, bem como a manter um contacto mais próximo e regular com a direção da mesma,

reforçando o acompanhamento institucional do processo.

Tânia Teixeira, como cidadã da freguesia veio desta forma elogiar o trabalho do Presidente da Junta e respetivo executivo. Pelo trabalho prestado junto da população idosa e com os que vivem sozinhos. Diz ter encaminhado vários casos de idosos que vivem sozinhos e a junta tem atuado, combatendo assim o abandono e a exclusão. Parabeniza a junta pelas atividades realizadas, como “Olhó Nobelo” (iniciativa com a Associação de Moradores de Massarelos), onde encaminhou vários idosos e ficaram contentes por participar, sentiram-se úteis. Reforça o seu obrigada pela União de Freguesias não abandonar a população e estar presente em diversas atividades.

Luana Nobre, moradora no Bairro Dr. Nuno Pinheiro Torres, manifestou preocupação relativamente ao estado de degradação do parque do bairro, atualmente inutilizado e desadequado às necessidades das crianças e jovens, referindo ainda a existência de lixo acumulado e a ocupação frequente do espaço por traficantes e consumidores. Recordou que esta situação tem vindo a ser sinalizada pela associação de moradores desde 2012, sem resultados concretos, tendo a mesma desistido do processo em 2025 devido às sucessivas respostas negativas. Referiu ainda que, na visita realizada ao bairro em 21/11/2025, o Presidente da Câmara Municipal do Porto, Pedro Duarte, e o Presidente da Junta, Pedro Teichgräber, informaram que a renovação do parque avançará ainda este ano, garantindo a participação das crianças e jovens do bairro no processo. Nesse sentido, reforçou a importância da participação cívica da comunidade e manifestou a vontade das crianças e jovens em serem ouvidos e envolvidos na definição do futuro daquele espaço, propondo a criação de momentos de auscultação pública. Por fim, foi expressa a convicção de que a renovação do parque poderá representar mais do que uma simples intervenção física, constituindo também um sinal de que o bairro importa e de que a voz dos seus moradores é valorizada.

Pedro Teichgräber, Presidente da Junta, agradeceu o testemunho prestado e referiu existir um e-mail datado de 20 de março, através do qual foram solicitados nomes e localizações de parques a beneficiar, tendo sido identificado, em primeiro lugar, o parque infantil do Bairro Dr. Nuno Pinheiro Torres. Recordou que esta questão já tinha sido abordada aquando da visita ao local. Acrescentou que a Câmara Municipal está atenta à situação e que a Junta de Freguesia também tem vindo a reivindicar a requalificação daquele espaço. Referiu ainda a possibilidade de ser promovida uma auscultação junto dos mais jovens, com o objetivo de perceber que tipo de equipamentos pretendem para o local e avaliar a viabilidade das propostas apresentadas. Concluiu garantindo o empenho da Junta de Freguesia no acompanhamento deste processo.

– PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA –

art.º 28.º do Regimento

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE VOTOS, DE MOÇÕES OU DE

RECOMENDAÇÕES

A Presidente da Assembleia de Freguesia, Sofia Maia, informou o plenário que, conforme previamente acordado, as moções/propostas referentes ao 25 de abril e 1º de Maio, **seriam discutidas em conjunto e votadas em separado. Todos os presentes concordaram.**

Olga Cardoso, CDU, apresentou de forma sintetizada as moções alusivas ao “25 de Abril” e ao “1.º de Maio”, apresentadas pela bancada da CDU, destacando a importância da Revolução de Abril, da Constituição da República Portuguesa e dos 50 anos do Poder Local Democrático enquanto conquistas fundamentais da democracia, da participação popular e da defesa dos direitos, liberdades e garantias. Salientou ainda o significado histórico do 1.º de Maio e da luta dos trabalhadores pela dignidade laboral, valorização dos salários e defesa dos direitos sociais e sindicais, manifestando a rejeição das alterações laborais propostas pelo Governo, consideradas um retrocesso nos direitos dos trabalhadores.

Joana Sousa, IL, apresentou um resumo da moção da sua bancada relativa ao “25 de Abril”, reiterando previamente o pedido de alteração da designação da recomendação “Criação de Condições para a Transmissão Online das Reuniões da Assembleia de Freguesia” para “Estudo para a Criação de Condições para a Transmissão Online das Reuniões da Assembleia de Freguesia”. Na sua intervenção, referiu que o 25 de Abril representa não apenas uma memória histórica, mas um compromisso contínuo com a liberdade, defendendo que esta só é plena quando se traduz em condições concretas de participação, acesso e oportunidade para todos. Sublinhou ainda os desafios atuais da União de Freguesias, nomeadamente nas áreas da habitação, coesão social, economia e mobilidade, enquadrando nesse contexto as duas moções apresentadas pela bancada. Referiu que a primeira proposta visa promover maior transparência, menos burocracia e mais autonomia para os cidadãos no funcionamento da freguesia. A segunda pretende reforçar a transparência democrática através da transmissão online das reuniões da Assembleia de Freguesia, aproximando os cidadãos das decisões públicas e reforçando o escrutínio e a confiança nas instituições. Concluiu afirmando que ambas as propostas têm como objetivo tornar as instituições mais próximas, transparentes e acessíveis à população.

António Valverde, L, referiu que, se tivesse de descrever o 25 de Abril em termos científicos, o faria também a partir da sua experiência pessoal, recordando ter atualmente 63 anos e ter vivido os 12 anos anteriores ao 25 de Abril de 1974. Indicou não pretender alimentar polémicas relativamente às propostas de saudação ao 25 de Abril, centrando a sua intervenção no espírito de Abril. Nesse sentido, afirmou que, para aqueles que não seguem esse espírito, apenas poderia dizer que não sabe para onde vai, mas sabe que não quer seguir o “não espírito” de Abril. Recordou a tertúlia promovida pelo Presidente da União de Freguesias, realizada no Salão Nobre de Lordelo do Ouro, dedicada ao 25 de Abril, considerando que nela ficou demonstrado que o espírito de Abril não se resume apenas à emoção associada ao Hino Nacional, à “Grândola, Vila Morena” ou a “Verdes Anos”, de Carlos Paredes. Referiu igualmente outros autores e temas marcantes ligados ao espírito de Abril, como José Mário Branco,

“Os Vampiros”, “Menino do Bairro Negro”, “Pedra Filosofal”, de António Gedeão, e “Gaivota”, interpretada por Ermelinda Duarte. Destacou particularmente a canção “Gaivota”, considerando que esta representa de forma clara o espírito de Abril, acrescentando que esse espírito se encontra atualmente ameaçado, quer a nível nacional, quer internacional. Sublinhou ainda que o 25 de Abril pertence a todos. Concluiu com um apelo ao cumprimento dos valores de Abril e da Constituição, afirmando: “Abril, sempre.”

Albina Pacheco, PS, a bancada do Partido Socialista apresentou uma breve síntese das moções relativas ao 25 de Abril e ao 1.º de Maio. 25 de Abril: marco fundamental da história de Portugal, simboliza a conquista da liberdade, o fim da ditadura e o início da democracia, com a realização de eleições livres e a aprovação de uma nova Constituição. É um símbolo permanente de liberdade, democracia e justiça. 1.º de Maio – Dia do Trabalhador: assinala a luta pelos direitos, dignidade e valorização dos trabalhadores, sendo uma data de celebração e reflexão sobre o papel do trabalho na sociedade e sobre o compromisso com a justiça social e a igualdade de oportunidades.

Frederico Silva, CH, apresentou o voto de saudação, considerando que este representa um balanço político da realidade nacional e local segundo a visão da sua bancada, sublinhando que “a democracia é o confronto de visões”. Assinalando os 52 anos do 25 de Abril, afirmou que a democracia portuguesa apenas se consolidou plenamente com o 25 de novembro de 1975, destacando a importância das liberdades de associação, expressão e pluralismo político. Criticou o que classificou como décadas de governação “num plano inclinado à esquerda”, apontando consequências como a estagnação económica, a emigração jovem, a degradação social e a perda de identidade nacional. Relativamente à União de Freguesias, referiu problemas de insegurança, tráfico e consumo de droga na via pública, desemprego, desigualdades sociais e abandono escolar. Concluiu defendendo que, apesar das liberdades conquistadas com Abril, “há ainda muito por cumprir”. Nesse sentido, assumiu como prioridade para os próximos anos o combate à degradação social e a recuperação da dignidade, segurança e identidade de Portugal e das freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

Moção Comemoração do aniversário do 25 de abril, apresentada pela coligação PSD/CDS.

Deliberação: Aprovada com 10 votos a favor (7 PSD; 1 IL; 1 PS; 1 CDS), 8 abstenções (1 CH; 1 L; 1 FA; 5 PS) 1 contra (1 CDU).

Moção 25 de Abril, Constituição e 50 Anos do Poder Local Democrático, apresentada pela bancada da CDU.

Deliberação: Aprovada com 10 votos a favor (6 PS; 1 CDU; 1 IL; 1 L; 1 FA), 8 abstenções (7 PSD; 1 CDS) e 1 voto contra (1 CH).

Recomendação Cumprir Abril na União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, apresentada pela bancada da IL.

Deliberação: Aprovada com 11 votos a favor (7 PSD; 1 CDS; 1 CH; 1 IL; 1 PS), 8 abstenções (1 CDU; 1 L; 1 FA; 5 PS) e com 0 votos contra.

Moção Comemoração do 52º Aniversário do 25 de Abril, apresentada pela bancada do PS.

Deliberação: Recusada com 10 votos contra (1 CDS; 1 CH; 1 IL; 7 PSD), 8 votos a favor (6 PS; 1 CDU, 1 L) e 1 abstenção (1 FA).

Proposta de Saudação 25 de abril, apresentada pela bancada do LIVRE.

Deliberação: Recusada com 10 votos contra (7 PSD; 1 IL; 1 CDS; 1 CH), 8 votos a favor (6 PS; 1 L; 1 CDU) e 1 abstenção (1 FA).

Moção 52 ANOS DO 25 DE ABRIL – Um Balanço Necessário, apresentada pela bancada do CHEGA.

Deliberação: Recusada com 17 votos contra (7 PSD; 6 PS; 1 CDS; 1 IL; 1 L; 1 CDU), 1 abstenção (1 FA) e um voto a favor (1 CH).

Moção Saudação ao 1.º de Maio e Rejeição do Pacote Laboral, apresentada pela bancada da CDU.

Deliberação: Recusada com 10 votos contra (7 PSD; 1 CDS; 1 IL; 1 CH), 7 votos a favor (5 PS; 1 CDU; 1 L) e 2 abstenções (1 FA; 1 PS).

Moção Comemoração do 1º de Maio - Dia Internacional do Trabalhador, apresentada pela bancada do PS.

Deliberação: Recusada com 10 votos contra (7 PSD; 1 IL; 1 CH; 1 CDS), 8 votos a favor (6 PS; 1 L; 1 CDU) e 1 abstenção (1 FA).

Joana Sousa, IL, apresentou a sua declaração de voto relativamente às moções em discussão. Relativamente à moção do CHEGA, referiu que a IL votaria contra, por não

acompanhar a leitura feita sobre Abril nem a visão de um país em degradação generalizada, considerando que reconhecer dificuldades não significa desvalorizar as conquistas alcançadas desde o 25 de Abril. Defendeu ainda que é a partir da liberdade conquistada em Abril que o país deve continuar a ser melhorado, através de soluções concretas e responsáveis. Quanto à proposta do Livre sobre a Constituição, explicou que a IL não poderia acompanhar a moção, salientando que, apesar de a Constituição ser um pilar fundamental da democracia portuguesa, não deve ser encarada como um documento imutável, recordando que já foi revista várias vezes desde 1976. Em relação à moção do Partido Socialista, reconheceu que o tom da intervenção foi mais profundo do que o habitual, mas considerou que não é possível falar de consolidação democrática ignorando o 25 de Novembro de 1975, momento que classificou como decisivo para garantir um regime pluralista e democrático. Sublinhou ainda que Abril abriu o caminho e Novembro consolidou a democracia. A terminar, defendeu que a celebração das conquistas democráticas não deve substituir uma avaliação exigente do presente, afirmando que o Estado Social deve ser continuamente avaliado e melhorado, de forma a garantir mais oportunidades, autonomia para as pessoas e instituições que funcionem melhor.

António Valverde, L, apresentou a sua declaração de voto por escrito à mesa.

Rui Carrapa, FA, referiu que a Assembleia se encontrava há cerca de meia hora a debater o 25 de Abril e o 1.º de Maio, salientando que os eleitos foram escolhidos não pelos partidos, mas pelos fregueses presentes na Assembleia. Considerou que os temas em discussão eram de cariz político, afirmando que aquilo que pretendem resolver são os problemas dos fregueses e que é para isso que ali estão. Informou que votou em sentido de abstenção, por entender que aquele não era o momento adequado para resolver os problemas dos fregueses. Acrescentou que todos podem ter uma razão partidária, ou até individual, relativamente ao 25 de Abril, mas considerou que a Assembleia estava a perder tempo, uma vez que aquela discussão não alterava em nada a identificação e resolução dos problemas concretos da população.

Sofia Maia, Presidente da Assembleia de Freguesia, interveio referindo compreender a intervenção e salientando que, aliás, tinha sido a primeira a apelar a esse entendimento na reunião realizada com todos os líderes de bancada. Acrescentou, contudo, que estamos em democracia, princípio esse consagrado pelo 25 de Abril, pelo que deve ser dada a palavra.

Proposta Quintas cidadãs e expansão de hortas comunitárias na União de Freguesias, apresentada pela bancada do LIVRE.

António Valverde, L, referiu que as propostas apresentadas pela sua bancada têm uma lógica comum, não implicando obras ou despesa imediata, mas antes trabalho de preparação, estudos, contactos e coordenação. Manifestou disponibilidade do Livre para colaborar com o Executivo na concretização destas propostas, sublinhando que, uma vez aprovadas, deixam de ser apenas do proponente e passam a representar a posição da Assembleia de Freguesia. Nesse sentido, considerou que tal representa algo muito concreto: o trabalho conjunto da Assembleia em apoio ao Executivo, com vista à

transformação de ideias em projetos concretos para Lordelo do Ouro e Massarelos. Defendeu, por isso, a necessidade de uma ação concertada entre os membros da Assembleia de Freguesia, no sentido de mobilizar esforços junto da Assembleia Municipal e do Executivo Municipal, de forma a alcançar resultados nesses projetos e criar condições para o seu avanço. Salientou ainda que as propostas visam qualificar o espaço público, dinamizar equipamentos, apoiar o associativismo e promover respostas sociais de maior proximidade, considerando que representam o início de um projeto mais amplo para a freguesia. Acrescentou que o Executivo pode contar com o apoio do Livre para desenvolver estes objetivos, admitindo inclusivamente a criação de grupos de trabalho caso existam limitações de recursos. Relativamente à sala de consumo assistido, referiu ter tomado conhecimento, através da comunicação social, da intenção de alteração da sua localização, questionando os fundamentos da decisão e indicando que, segundo associações no terreno, estas apenas terão sido ouvidas quanto às necessidades técnicas da adaptação do espaço, mas não sobre a mudança de localização. Indica que se levantam duas questões principais: a forma como foi decidida a nova localização e quais os técnicos no terreno que foram contactados, que trabalho desenvolveram e que documentos de suporte técnico fundamentam esta alteração. Questionou igualmente o impacto da saída da sala na Travessa da Mouteira e zonas envolventes, bem como o futuro dos cerca de 250 utentes diários da estrutura atual. Por fim, considerou que esta situação demonstra a importância de um trabalho prévio de articulação e preparação antes da apresentação de propostas desta natureza por parte da Câmara Municipal.

Pedro Teichgräber, Presidente da Junta, referiu que a criação da nova sala de consumo resulta da insuficiência de capacidade da atual estrutura. Explicou que a vedação do espaço visa garantir privacidade e dignidade aos utentes, evitando o atendimento no exterior e a permanência no passeio público, dando como exemplo soluções semelhantes noutras unidades. Esclareceu que a nova localização se encontra num terreno camarário. Referiu que, segundo informação de Diana Castro, responsável pela sala atual, e corroborada pelo diretor do programa de consumo vigiado em reunião com associações de moradores, os atuais 285 utentes poderão recorrer ao local atual. Sublinhou que a intervenção visa melhorar as condições de funcionamento, admitindo a possibilidade de reforço com unidades móveis de rastreio, nomeadamente pneumológico, atualmente inviável. Indicou ainda que os dados disponíveis apontam para a inexistência de overdoses na via pública e para a reversão de sete situações de overdose em contexto de consumo assistido. Por fim, referiu a importância do trabalho conjunto entre entidades, recordando que, no processo de instalação da atual sala, não terá havido auscultação da Junta ou da Assembleia de Freguesia.

Teresa Osswald, PSD, interveio sobre as moções apresentadas pelo Livre, procurando sintetizar a posição da bancada relativamente ao conjunto das propostas. Referiu que, por acreditarem em princípios democráticos e no trabalho conjunto em prol do bem comum, o PSD contactou previamente o Livre no sentido de eventuais ajustamentos às recomendações apresentadas, o que não terá sido possível nesta ocasião, manifestando, ainda assim, expectativa de entendimento futuro. Indicou que a bancada do PSD é favorável à extensão de hortas comunitárias, à revitalização do Parque da Pasteleira e ao desenvolvimento de escolas solares. No entanto, manifestou discordância quanto a que em maio de 2026 se exija resultados de projetos que não constam do Plano de Atividades e Orçamento para 2026, recentemente aprovado em

dezembro de 2025, sublinhando que a aprovação dessas moções implicaria, na prática, uma alteração desse plano num curto espaço de tempo. Acrescentou que, apesar disso, considera tratar-se de projetos relevantes, que devem ser devidamente ponderados e executados com a necessária atenção e cuidado. Relativamente ao estudo de diagnóstico e mapeamento das situações de vulnerabilidade social, referiu que o PSD concorda com o princípio da proposta, mas entende que o trabalho já terá sido realizado pela ADILO, não sendo adequado proceder à sua repetição, devendo antes ser utilizado como base de trabalho. Informou que a bancada do PSD votará contra a moção relativa a este estudo, mantendo, ainda assim, disponibilidade para colaboração futura na construção de propostas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população.

Olga Cardoso, CDU, informou que votará a favor das moções apresentadas pelo Livre. Recordou que as matérias relativas às hortas comunitárias, ao Parque da Pasteleira e às escolas solares já constam do programa da CDU e que o tema foi já abordado anteriormente. Relativamente à proposta de estudo de diagnóstico social, questionou o Livre sobre o que pretendia fazer de diferente, relativamente ao que já foi feito.

António Valverde, L, informa que a diferença pretendida, é fazer um estudo mais abrangente.

Filipe Antunes, PS, relativamente às medidas do Livre (Quintas; Parque da Pasteleira; Edificado; Estudo de Diagnóstico), como visão, o Partido Socialista partilha a visão do Livre. No entanto, levanta dúvidas em vários pontos, nomeadamente na responsabilidade da Junta de Freguesia sobre a intervenção nas mesmas. Há aqui determinadas propostas que acreditam que devem ser prioridade e intervenção da Câmara Municipal, com o respetivo acompanhamento da Junta de Freguesia. Assim como os limites temporais determinados associados a estas propostas, conseguem ser bastante limitativos. Nessa sequência, informou que a bancada do PS votará pela abstenção relativamente às propostas das Quintas e do Edificado, e votará contra as propostas relativas ao Parque da Pasteleira e ao Estudo de Diagnóstico.

António Valverde, Livre, referiu que a questão temporal associada às propostas não pretende pressionar o Executivo, reiterando que a bancada está totalmente disponível para colaborar, mas considerando necessário estabelecer limites temporais para as propostas apresentadas. Relativamente ao facto de muitas das propostas dizerem respeito à Câmara Municipal, afirmou que têm, efetivamente, "muito a ver com a Câmara", acrescentando que é precisamente por essa razão que as propostas são apresentadas no sentido de, em conjunto com a Junta de Freguesia, estudar a possibilidade de fazer força junto da Câmara Municipal para que possam ser concretizadas.

Deliberação: Recusada com 10 votos contra (7 PSD; 1 CDS; 1 PS; 1 IL), 7 abstenções (5 PS; 1 CH; 1 FA) e 2 votos a favor (1 L; 1 CDU).

Proposta Valorização do edificado público da União de Freguesias através do desenvolvimento de escolas solares com vocação comunitária e apoio ao tecido

associativo, apresentada pela bancada do LIVRE.

Deliberação: Recusada com 10 votos contra (7 PSD; 1 IL; 1 CDS; 1 PS), 7 abstenções (5PS; 1 CH; 1 FA) e 2 votos a favor (1 CDU; 1 L).

Proposta Realização de estudo de diagnóstico e mapeamento das situações de vulnerabilidade social na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, apresentada pela bancada do LIVRE.

Deliberação: Recusada com 15 votos contra (7 PSD; 6 PS; 1 IL; 1 CDS), 2 votos a favor (1 CDU; 1 L) e 2 abstenções (1FA; 1 CH).

Proposta Reforço do papel do Parque da Pasteleira como centro de convivência local, através da reativação das infraestruturas sanitárias e de bar/esplanada existentes e dum calendário anual de eventos socioculturais e recreativos comunitários, apresentada pela bancada do LIVRE.

Deliberação: Recusada com 15 votos contra (7 PSD; 6 PS; 1 CDS; 1 IL), 1 abstenção (1 FA) e três votos a favor (1 CDU; 1 L; 1 CH).

Proposta de Recomendação Pedido de reavaliação de sinalização na Rua de Entre Quintas, apresentada pela bancada da CDU.

Olga Cardoso, CDU, apresentou uma proposta de recomendação relativa à reavaliação da sinalização existente na Rua de Entre Quintas, referindo que o atual sinal de proibição de estacionamento é considerado desadequado, sobretudo por se tratar de uma zona com população idosa e sem alternativas de estacionamento. Acrescentou que esta proibição impede paragens essenciais de apoio aos moradores, nomeadamente para cargas e descargas, serviços de saúde ou assistência. Referiu ainda que o objetivo da proposta é promover, em articulação com as entidades competentes, a reformulação da sinalização existente, garantindo simultaneamente a organização do trânsito e a resposta às necessidades dos moradores.

Teresa Osswald, PSD, referiu que a proposta foi apresentada em dezembro de 2025, embora na altura mais sucinta, sendo agora apresentada uma versão mais desenvolvida. Nesse sentido, afirmou que a intenção de voto do PSD se mantém inalterada, uma vez que se mantêm as condições.

Deliberação: Recusada com 9 votos contra (7 PSD; 1 IL; 1 CDS), 8 votos a favor (6 PS; 1 CDU; 1 L) e 2 abstenções (1 FA; 1 CH).

Recomendação de Estudo para criação de Condições para a Transmissão online

das Reuniões da Assembleia de Freguesia, apresentada pela bancada da IL.

Deliberação: Aprovada por maioria, com 15 votos a favor (7 PSD; 1 IL; 1 CDS; 2 PS; 1 CDU; 1 CH; 1 FA; 1 L), 4 abstenções (4 PS) e 0 votos contra.

Proposta de Recomendação Sobre a necessidade de respostas integradas, diálogo comunitário e planeamento articulado nas decisões municipais com impacto territorial, apresentada pela bancada do PS.

Filipe Antunes, PS, apresentou a proposta de recomendação relativa à realocização da sala de consumo assistido de Lordelo do Ouro, defendendo que decisões com impacto territorial e social devem ser acompanhadas de maior planeamento, transparência e participação pública. Destacou a necessidade de realização de estudos técnicos prévios, auscultação das populações e instituições locais, articulação entre entidades competentes e comunicação atempada com os órgãos autárquicos. Referiu ainda as preocupações expressas pelos moradores através da Petição Pública PT130620, sublinhando a importância de soluções estruturadas, equilibradas e socialmente responsáveis.

Pedro Teichgräber, Presidente da Junta, referiu que a resposta à questão em análise já existia na freguesia, encontrando-se atualmente articulada pela Câmara Municipal com diversas entidades, entre as quais o Ministério da Saúde, o ICAD, a Comissão de Acompanhamento do programa de consumo vigiado e o consórcio responsável pela gestão operacional, tendo também a Junta de Freguesia sido ouvida no processo. Informou ainda que, até ao momento, relativamente à petição, não tinha sido solicitada qualquer reunião à vereadora responsável pelo pelouro, Dra. Gabriela Queiroz. Relativamente à comunicação e transparência, salientou a importância da articulação com associações de moradores, autoridades e forças de segurança, bem como o reforço dos protocolos de limpeza na envolvente da nova localização da sala, medidas que serão asseguradas pela Câmara Municipal e reforçadas pela Junta de Freguesia sempre que necessário. Por fim, manifestou disponibilidade para o trabalho conjunto entre as várias entidades, defendendo a realização de sessões públicas de esclarecimento e a manutenção de canais de diálogo com as associações de moradores e demais entidades envolvidas.

Rui Carrapa, FA, referiu que o processo relativo à Sala de Consumo Assistido se arrasta há vários anos e tem gerado impacto e preocupação junto da população. Considerou que a atual sala acabou por representar um “mal menor”, contribuindo para a redução do consumo na via pública, embora continuem a faltar respostas de apoio social complementares. Manifestou desagrado pelo facto de os moradores não terem sido previamente auscultados relativamente à mudança do equipamento para o Aleixo, afirmando que a decisão já se encontrava tomada quando foi comunicada à população. Questionou ainda a fundamentação apresentada pela Câmara, segundo a qual a atual sala é exígua em termos de dimensão e área de serviço, defendendo que seria preferível ampliar o espaço existente, com um custo inferior ao investimento previsto de €600.000,00 para a mudança de localização. Mostrou igualmente preocupação quanto ao impacto da deslocação da sala para o Aleixo, considerando improvável que muitos utilizadores, em particular pessoas em situação de sem-abrigo, percorram a distância

prevista, o que poderá levar à continuação do consumo nas zonas da Pasteleira e de Pinheiro Torres. Alertou ainda para o risco de agravamento do tráfico naquela área caso o atual equipamento seja removido. Informou, por fim, que as associações de moradores irão reunir-se na semana seguinte para discutir o tema, acrescentando que não consideram o processo encerrado, e destacou o apoio prestado pelo Presidente da Junta que se encontra naturalmente condicionado pelas competências atribuídas à junta.

Pedro Teichgräber, Presidente da Junta, referiu que a nova sala integra uma resposta mais abrangente no âmbito do programa Porto Feliz 2.0, visando melhorar as condições de prevenção, tratamento e apoio psicossocial. Destacou ainda as preocupações relacionadas com a segurança e condições de trabalho dos técnicos no atual espaço, bem como a situação das pessoas em situação de sem-abrigo identificada pelas associações de moradores. Informou também que a Sra. Vereadora se mostrou sensibilizada para estas questões e assumiu o compromisso de reavaliar regularmente o novo espaço e proceder aos reajustes considerados necessários.

Teresa Osswald, PSD, referiu considerar surpreendente a recomendação apresentada, apontando dois motivos para tal. Em primeiro lugar, referiu que, apesar do assunto ter sido debatido em Executivo de Câmara, não foi apresentada qualquer moção na Assembleia Municipal, tratando-se de uma decisão municipal. Em segundo lugar, manifestou estranheza pelo facto de o conteúdo mencionado não corresponder, no seu entendimento, totalmente à verdade, uma vez que existiu diálogo com entidades e instituições, bem como estudos técnicos, não tendo sido tomada uma decisão de forma leviana, mas antes no âmbito de um planeamento estruturado. Concluiu afirmando que, por considerar que o conteúdo da moção não corresponde à verdade, por já terem sido prestados esclarecimentos e por o Executivo se encontrar totalmente disponível para o diálogo, a bancada do PSD votaria contra a moção.

Frederico Silva, CH, informou a intenção de voto favorável à moção, referindo que, embora possa haver discordância quanto aos aspetos técnicos da decisão, o principal problema reside na falta de comunicação e auscultação dos moradores. Indicou que lhe foi transmitido que estes se sentiram traídos e prejudicados, entendendo a decisão como elitista e desfavorável ao quotidiano da população local, em benefício de interesses turísticos associados a Serralves. Acrescentou que, apesar das explicações e soluções técnicas apresentadas pelo Sr. Presidente, considera que houve falhas no processo de comunicação, referindo ainda que lhe foi transmitido que nem o Sr. Presidente da Junta teria sido previamente informado, caracterizando o processo como unilateral. Concluiu reiterando o voto favorável da bancada do CH.

Pedro Teichgräber, Presidente da Junta, discordou da caracterização da decisão como elitista, referindo que a localização foi justificada pela proximidade à população vulnerável, incluindo a existência de duas escolas na área. No que respeita à comunicação, afirmou ter sido informado do processo, tendo sido apenas auscultado quanto a eventuais localizações alternativas ou à disponibilidade da Junta para ceder espaço, e não quanto à sua concordância com a decisão.

Deliberação: Aprovada com 10 votos a favor (6 PS; 1 CDU; 1 FA; 1 L; 1 CH) e 9 votos

contra (7 PSD; 1 CDS; 1 IL).

Sofia Maia, Presidente da Assembleia de Freguesia, esclareceu que, nos termos do artigo 28.º do Regimento, os deputados podem apresentar propostas ao Executivo, as quais poderão ser encaminhadas ao Município, mesmo quando não sejam da sua competência direta. Face ao tempo disponível e à urgência da ordem de trabalhos, propôs que as intervenções fossem limitadas a um minuto, centradas nos pontos essenciais, sugerindo que, posteriormente, fosse agendada reunião com o Sr. Presidente para análise mais detalhada dos assuntos, caso se revele necessário.

Olga Cardoso, CDU, interveio em nome de uma freguesa que não veio a tempo do período da intervenção do público, quanto ao autocarro 504 que deixou de passar na Pasteleira.

Pedro Teichgräber, Presidente da Junta, sugeriu agendamento de reunião, adiantando que tem uma resposta sobre o tema (quer do 504, quer de outras linhas).

– PERÍODO DA ORDEM DO DIA –

art.º 29. do Regimento

Ponto 1 – Aprovação e Votação da ata da assembleia de freguesia de 18 de dezembro de 2025;

Aprovada com 17 votos.

Ponto 2 – Protocolos Segurança Social e Acerto de Contas

Sara Montenegro, Tesoureira da Junta, Vogal responsável pelo pelouro da Ação Social, apresentou o enquadramento técnico, jurídico e financeiro dos acordos de cooperação associados às respostas sociais da União das Freguesias. Informou que os acordos atualmente em vigor foram celebrados pelas extintas Junta de Freguesia de Massarelos e Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro, em momento anterior à reforma administrativa territorial de 2013, mantendo-se em execução sem que tenha ocorrido a respetiva atualização formal. Explicou que esta situação decorre do enquadramento jurídico aplicável aos acordos de cooperação com a Segurança Social, uma vez que a legislação em vigor prevê, regra geral, a celebração destes acordos com Instituições Particulares de Solidariedade Social ou entidades equiparadas, não contemplando a celebração de novos acordos com freguesias. Referiu que, em consequência desta realidade, não foi possível integrar plenamente os equipamentos sociais nos sistemas digitais da Segurança Social, sendo o registo e controlo das frequências dos utentes efetuado através de mecanismos internos e posteriormente comunicado àquela entidade. Acrescentou que, após a tomada de posse do atual executivo e na sequência

de reuniões técnicas realizadas com o Centro Distrital da Segurança Social do Porto, foram identificadas discrepâncias entre os valores transferidos pela Segurança Social e o número efetivo de utentes em frequência nas respostas sociais. Explicou que estas diferenças resultam da desatualização das capacidades previstas nos acordos de cooperação, exemplificando com o Centro de Convívio de Massarelos, cujo acordo prevê 50 utentes, registando atualmente uma frequência efetiva de 22. Informou ainda que foi identificada a ausência de uniformização de procedimentos entre os dois equipamentos sociais, designadamente ao nível dos regulamentos internos, critérios de admissão e frequência dos utentes e modelos de cálculo das mensalidades, situação que considerou constituir uma fragilidade na gestão das respostas sociais. Concluiu referindo que a União das Freguesias enfrenta atualmente três desafios prioritários: a regularização do enquadramento jurídico dos acordos de cooperação, a correção dos desvios financeiros identificados e a reorganização interna das respostas sociais, através da definição de procedimentos uniformes e sustentáveis. Salientou, por fim, a necessidade de promover uma reflexão estratégica sobre a adequação da oferta social existente às necessidades atuais da população da freguesia.

Sofia Maia, Presidente da Assembleia de Freguesia, intervém na qualidade de Ex-Presidente da Junta de Freguesia para esclarecer o enquadramento da situação. Refere que a Junta de Freguesia tinha anteriormente competências na área social, através da creche, ATL e Centro de Dia, tendo sido chamada, em 2014, a uma reunião com a Segurança Social sobre a transferência dessas competências para as IPSS, decisão relativamente à qual a Junta de Freguesia foi a única que votou contra. Explica que a creche gerava prejuízo para a Junta de Freguesia e que não foi possível encontrar uma IPSS que assumisse a sua gestão, tendo sido acordada a sua descontinuidade com a Segurança Social. Acrescenta que situação semelhante ocorreu com o ATL, dando posteriormente origem ao programa “ATL para Todos”. Relativamente ao Centro de Dia, refere que a Segurança Social aprovou a sua passagem para a Adilo, passando esta entidade a receber os respetivos valores. Contudo, nunca obtiveram resposta. Quanto aos valores em análise, esclarece que não existiram desvios financeiros. Refere que existia protocolo para 50 utentes e que a Segurança Social procedia aos respetivos acertos em função do número real de utentes, situação que, segundo afirma, deixou de acontecer a partir de 2022. Acrescenta que esta questão foi abordada junto da Segurança Social ainda durante o anterior mandato. Conclui manifestando disponibilidade para colaborar na resolução do processo e considera que o valor recebido foi indevido, não por responsabilidade da Junta de Freguesia, mas devido a falhas dos sistemas informáticos da Segurança Social.

Ponto 3 – Apreciação e votação do Relatório de Atividades e Contas de 2025

Nelson Trindade, Técnico Oficial de Contas, apresentou a Prestação de Contas do exercício de 2025, esclarecendo que o relatório reflete duas gerências distintas, correspondentes aos períodos até 30 de outubro e até 31 de dezembro. Destacou as principais áreas de intervenção da Junta de Freguesia, designadamente ação social, saúde, espaços séniores, habitação, Orçamento Colaborativo, associativismo, cultura, ambiente e desporto, bem como a atividade administrativa desenvolvida ao longo do ano. Relativamente à execução orçamental, informou que a taxa de execução da receita

foi de 99,44% e a da despesa de 78,4%, correspondendo a uma despesa executada de cerca de 1,96 milhões de euros. Referiu ainda que o exercício apresentou uma poupança corrente de 122.168,65 €, utilizada para financiar parte do investimento realizado, que ascendeu a cerca de 370 mil euros. No plano financeiro e patrimonial, salientou a evolução positiva dos resultados, o aumento do ativo, a redução do passivo e a inexistência de pagamentos em atraso, sublinhando que todos os indicadores económico-financeiros apresentam valores positivos. Informou ainda que a proposta de aplicação de resultados prevê a afetação de 5% para reservas legais e o remanescente para resultados transitados, não existindo factos relevantes a assinalar após o encerramento do exercício. Concluiu referindo que as contas evidenciam uma situação financeira equilibrada e uma execução orçamental consistente, tendo o documento sido submetido à apreciação da Assembleia de Freguesia.

Deliberação: Aprovada por maioria com 17 votos a favor (7PSD; 6 PS; 1 IL; 1 CDS; 1 L; 1 FA), 2 abstenções (1 CDU; 1 CH).

Ponto 4 – Apreciação do Inventário dos Bens e Direitos e Obrigações Patrimoniais de 2025

Sem intervenções.

Ponto 5 – Revisão do Mapa de Pessoal

Olga Cardoso, CDU, referiu que a presente revisão aponta para 25 postos de trabalho ocupados e 3 vagos, totalizando 28 postos de trabalho. Contudo, assinalou que, em 18 de dezembro de 2025, constavam 24 postos ocupados e 4 vagos, perfazendo um total de 29 postos de trabalho. Nesse sentido, solicitou esclarecimentos relativamente à diferença verificada.

Luís Filipe Peixoto, Vogal da Junta, referiu que um trabalhador afeto ao cemitério se reformou. Acrescentou que existem ainda outras situações a ter em conta, como baixas prolongadas e uma eventual reintegração por decisão judicial. Salientou que todas estas situações devem ser devidamente consideradas.

Deliberação: Aprovado por unanimidade

Ponto 6 – Apreciação da Informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade deste e da situação financeira da freguesia nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9º da lei 75/2013 de 12 de setembro, relativa aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2026

Pedro Teichgräber, Presidente da Junta, destacou o trabalho desenvolvido pela União de Freguesias nas áreas da ação social, educação, desporto e apoio à comunidade. Referiu que, apesar do atraso nos contratos interadministrativos e nas transferências da autarquia, tal não impediu a resposta aos pedidos apresentados e a participação nas diversas iniciativas realizadas. Sublinhou o pleno funcionamento dos

ATAS

serviços e assinalou o arranque do Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense e do Orçamento Colaborativo, agradecendo às bancadas da Assembleia de Freguesia a colaboração prestada na constituição dos respetivos júris, processo que considerou determinante para o cumprimento dos prazos estabelecidos. Por último, agradeceu a disponibilidade e o contributo dos membros da Assembleia de Freguesia, manifestando a intenção de continuar a promover o seu envolvimento nas iniciativas da Junta, reforçando o espírito de participação, proximidade e união entre os diferentes órgãos da freguesia.

Nada mais havendo a tratar, e tendo sido atribuído, por unanimidade, um Voto de confiança à Mesa para elaboração da Minuta da Ata, a Presidente da Assembleia de Freguesia, Sofia Maia, encerrou os trabalhos da Sessão.

Presidente da Mesa – Sofia Maia

1º secretário – Francisco Tártaro

2º secretário – Luís Filipe Pereira